

Contrato-Programa Desportivo

21. Apoio Financeiro ao Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad para a participação na Final Four da Supertaça Europeia.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de apoio financeiro apresentado pelo Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad, no valor de 4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros), para fazer face às despesas com a participação na Final Four da Supertaça Europeia, de 12 atletas e 6 elementos da equipa técnica, nos termos nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Proposta de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo | Reunião de Executivo de 4 de outubro de 2023

PROPOSTA:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal propostas relativas à atribuição de apoio financeiro, nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à seguinte entidade:

1. E/61831/2023 **Contrato-Programa 2023/2024 – Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad** – no valor de 4.924,00€ (40% Viagem - Final Four da Supertaça Europeia).

A Chefe de Divisão

Anexos:

1. **Proposta;**
2. **Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo.**



Nº Informação: 61831

Data: 25/09/2023

Assunto: HCBraga Viagem a Voltegra

O **Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, pessoa coletiva n.º 508 285 518, com sede no Pavilhão das Goladas – Apartado 2590, 4710-500, S. Vitor, Braga com o RECAM 17/2014, solicita ao Município de Braga um apoio financeiro, correspondente a 40% do valor total da viagem (12.310,00€), ou seja **4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros)**, para fazer face às despesas com a participação na Final Four da Supertaça Europeia, de 12 atletas e 6 elementos da equipa técnica. A prestação Europeia da época transata, do HCBraga fez com que este adquirisse o direito de disputar a Final Four da Supertaça Europeia, que realizar-se-á na cidade de Voltegrá (Barcelona), Espanha, entre os dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2023.

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)), enquadrando-se ainda no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, “b) Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;”.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a hipótese de celebração de um aditamento ao contrato-programa, do **Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, pessoa coletiva n.º 508 285 518, com sede no Pavilhão das Goladas – Apartado 2590, 4710-500, S. Vitor, Braga com o RECAM 17/2014, no valor de **4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros)**.

À consideração superior,

MINUTA DO ADITAMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Luis Miguel da Silva Machado Botelho, em representação do **H.C. de Braga, Hóquei em Patins SAD**, na qualidade de Presidente da Direção, contribuinte fiscal n.º 508285518, com sede no Pavilhão das Goladas, da Freguesia de S. Vitor, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar em 40% do valor total da deslocação da participação na Final Four da Supertaça Europeia, em Barcelona.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
 - b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;

- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **4.924,00€ (quatro mil novecentos e vinte e quatro euros)**.

2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%.

Cláusula 4.^a

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de agosto 2024 (Época Desportiva 2023/2024 com início em 01.09.2023).

Cláusula 7.^a

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Luís Botelho)